

- 5 NOV 1989

Não faltaram advertências

JORNAL DO BRASIL

Barbosa Lima Sobrinho *

No meio de recortes de velhos jornais encontro uma página, já amarelada, do JORNAL DO BRASIL, com um estudo do engenheiro Joaquim Francisco de Carvalho. De certo modo um conselho, ou um aviso ao governo brasileiro, que estava entrando no caminho de um endividamento externo excessivo, a partir de 1968. E já nos dizia que, a partir desse ano, o Governo do Brasil "vem praticando uma política de crescente endividamento externo, ao sabor de acentuada expansão da oferta de empréstimos privados internacionais, em particular do mercado eurodólar, de que resultou um crescimento explosivo de nossa dívida externa, que passou de 3,8 bilhões de dólares, em 1968, para 43,5 bilhões de dólares em 1978, estimando-se que tenha atingido, em 1980, valor em torno de 60 bilhões de dólares."

Essa política, que resultara da inundação dos petrodólares, por força da quadruplicação dos preços do petróleo, em 1973, tem sido apresentada, explicava o autor do artigo, "como prova da solidez do modelo econômico brasileiro". O raciocínio é o seguinte: "Os banqueiros internacionais sabem o que fazem. Se continuam a exportar dinheiro é porque têm certeza em nosso destino como potência." Que dirão, agora, os banqueiros que confiaram nesse modelo econômico, adotado, no Brasil, sob o patrocínio de experimentados financistas, quando estamos diante de resultados que o tempo se encarregou de revelar?

Mas era ainda o momento em que se vangloriavam os investidores desse modelo, orgulhosos de conduzir o processo da dívida externa naquele estranho processo, que se classificava como a "rolagem" dessa dívida, como se ela nunca tivesse que ser realmente paga. Quando, na verdade, já estávamos acumulando dívidas que não teríamos condição de pagar, uma vez que já não existiam saldos orçamentários que atendessem a esse objetivo. Quando as dívidas externas, como demonstrava o engenheiro Joaquim Francisco de Carvalho, traduziam apenas "um instrumento de neocolonialismo", com a certeza de que a inadimplência dos devedores se tornava um mecanismo de opressão, que os transformaria em simples pagadores de juros, que não seriam nada mais do que um tributo colonial, produto de dívidas que não parariam de crescer.

O certo é que, de ano para ano, pagássemos o que pagássemos, acabaríamos sempre

devido mais. O começo era aquele, pouco mais de três bilhões de dólares, em 1964, ainda nos tempos do presidente João Goulart. E o resultado aí está, para quem os quiser ver. O JORNAL DO BRASIL, do domingo passado, registrava que ainda devíamos 114 bilhões de dólares, depois de havermos pago 130 bilhões de dólares. E temos que exportar, todos os anos, para pagamento de juros, de 12 a 14 bilhões de dólares, que já representam, nos cálculos do ex-ministro Funaro, 23% de nossas poupanças. E que se pode dizer de países que exportam poupanças, em vez de usá-las no seu desenvolvimento econômico?

De 1971 para cá, segundo nos informa o mesmo JORNAL DO BRASIL, o montante dos juros pagos foi de 122,77 bilhões de dólares, o que representaria, para cada ano, não menos de 7 bilhões de dólares, ou, no câmbio oficial, mais de 35 bilhões de cruzados, como contribuição colonial, de um país sem capital, como costumam dizer os adoradores do capital estrangeiro.

Vale a pena transcrever o comentário do JORNAL DO BRASIL do domingo passado, quando nos explica que "a política monetária praticada pelos Estados Unidos, que eleva as taxas de juros para conseguir poupança externa, tem sido desastrosa para o Brasil. Quanto mais a taxa de juros cresce, mas a dívida brasileira cresce. O resultado disso é que, nos últimos 20 anos, o Brasil já pagou 130 bilhões de dólares de juros, e sua dívida só cresce. Atualmente, o país ainda deve 114 bilhões de dólares. De 1971 para cá, o montante de juros foi de 122,77 bilhões de dólares, e o estoque da dívida acumula um total de 109,01 bilhões de dólares".

A economia internacional, que atua de olhos abertos, sempre no interesse dos especuladores que a dirigem, oferece ao Brasil um engodo, proporcionando-lhe um saldo no seu comércio externo, um saldo que se pode calcular em cerca de 30 bilhões de dólares. E chega o espertalhão e nos diz que quem recebe 30 bilhões tem condições de pagar 12 bilhões de dólares de sua dívida externa. Quando, na verdade, não há nenhuma relação entre os dois fatos, pois que os dólares que entram vêm para os donos das mercadorias exportadas, e não para o devedor da dívida externa. Os dólares entram realmente para os donos das mercadorias, quando os seus donos não os preferem deixar, pelo menos em parte, em depósitos no estrangeiro. Então, para que o governo do Brasil se aproprie deles, terá

forçosamente de comprá-los de seus legítimos donos, que são os exportadores de mercadorias. E comprá-los com cruzados, uma vez que os pagamentos da dívida devem ser feitos em moeda de curso internacional, como é o caso dos dólares. E como o Brasil não tem saldos orçamentários, de onde arrancar o dinheiro senão da emissão de títulos públicos, ou da fabricação de papel-moeda de curso forçado? Dois fatores que, por si só, explicam a inflação que castiga a população brasileira. Haverá alguém que tenha a coragem de contestar o que não passa de truismos? E o mais grave é que os governos se valem de financistas, que não se preocupam senão em esconder a impossibilidade desses pagamentos, com o subtraí-los dos orçamentos que publicam. Pois, se já pagamos 130 bilhões de dólares, como ainda devemos 114 bilhões de dólares? Ou a Independência ou Morte não passará de uma pilhéria?

De certo que há diversos modelos de desenvolvimento econômico. Como, por exemplo, o do Japão, fundado no aproveitamento máximo de suas poupanças internas, e que o transformaram de país feudal numa economia florescente. E há modelos fabricados em centros colonizadores, que ainda não se saciaram com os tributos coloniais com que se alimentaram no passado.

Desde os tempos da monarquia, o Brasil não faz outra coisa do que recorrer ao crédito externo, tomando novos empréstimos para pagar os que já se venceram, numa dependência sem-termo e sem remédio. Embora não faltem, aqui e ali, palavras de advertência. Como, por exemplo, as do artigo que venho citando, publicado no JORNAL DO BRASIL de 2 de agosto de 1981, em que o engenheiro Joaquim Francisco de Carvalho já nos mostrava os empréstimos externos como "instrumento do neocolonialismo". Um instrumento que o Japão teve a coragem de desprezar, para alcançar as alturas a que chegou, como a maior força econômica do mundo moderno. Enquanto o Brasil perseverava num modelo que nos conduzia a pagar 130 bilhões de dólares, para ainda dever 114 bilhões de dólares, como se não tivesse outro ideal do que o de continuar a ser colônia.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa